



1987 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)  
Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE COMO OBSTÁCULO À PRÁTICA INTERDISCIPLINAR**  
Cristiane Bueno da Rosa de Azambuja - OUTRAS

#### **RESUMO**

Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a precarização do trabalho docente como um obstáculo para a prática pedagógica interdisciplinar. A partir da observação da realidade de uma Escola Pública de Ensino Fundamental e EJA do Rio Grande do Sul, e considerando a flexibilização e precarização do trabalho no Brasil, conforme Antunes (2012) e Druck (2013), bem como a precarização do trabalho docente (Oliveira 2004, 2009), partiu-se do entendimento que esta realidade não pode ser ignorada nos cursos de formação de professores, que frequentemente abordam a interdisciplinaridade como inovação curricular. Justifica-se esta pesquisa pela percepção de uma lacuna na literatura que trata de interdisciplinaridade e currículo, que nada ou muito pouco aborda sobre a questão da precarização do trabalho docente.

Palavras-chave: Trabalho docente; Precarização; Interdisciplinaridade.

### **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE COMO OBSTÁCULO À PRÁTICA INTERDISCIPLINAR**

#### **RESUMO**

Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a precarização do trabalho docente como um obstáculo para a prática pedagógica interdisciplinar. A partir da observação da realidade de uma Escola Pública de Ensino Fundamental e EJA do Rio Grande do Sul, e considerando a flexibilização e precarização do trabalho no Brasil, conforme Antunes (2012) e Druck (2013), bem como a precarização do trabalho docente (Oliveira 2004, 2009), partiu-se do entendimento que esta realidade não pode ser ignorada nos cursos de formação de professores, que frequentemente abordam a interdisciplinaridade como inovação curricular. Justifica-se esta pesquisa pela percepção de uma lacuna na literatura que trata de interdisciplinaridade e currículo, que nada ou muito pouco aborda sobre a questão da precarização do trabalho docente.

Palavras-chave: Trabalho docente; Precarização; Interdisciplinaridade.

#### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

As indagações presentes neste trabalho surgiram após visita a uma escola Estadual de Ensino Fundamental e EJA, de uma cidade de interior do Rio Grande do Sul (RS), e diálogo com seus professores. A visita foi proposta em um componente denominado "Organização Escolar e Trabalho Docente" de um curso de graduação em Licenciatura e do qual participei, com o objetivo de analisar as práticas desenvolvidas no contexto escolar em relação a algumas temáticas. Meu objetivo particular, tomando por temática currículo e interdisciplinaridade, era o de buscar dados que auxiliassem a refletir sobre que elementos do currículo dos cursos de licenciatura efetivamente colaboravam com a prática interdisciplinar dos docentes.

Dialogamos com professores, que compartilharam suas memórias docentes e um pouco da história daquela escola. A conversa que motivou este trabalho foi com a atual supervisora e uma das vice-diretoras da escola, que neste texto chamaremos de Hilda. Professora Hilda, docente da escola há algumas décadas, contou sobre o iminente fechamento da escola pelo Estado. Segundo ela, a escola será fechada pois atende um número muito pequeno de alunos. Porém, ela observa que, há algum tempo, turmas foram sendo encerradas, professores transferidos sem substituição e, na sua opinião, esta foi uma estratégia para sucatear e diminuir aos poucos a escola e posteriormente justificar o encerramento de suas atividades.

Hilda também manifestou sua preocupação com o contexto social dos alunos e a merenda servida no horário – nossa conversa foi interrompida algumas vezes, pois ela orientava funcionárias para que chamassem os alunos e monitorava a porta, já que alguns alunos do

EJA chegavam em horários diversos. Naquele dia, o cardápio seria rocambole de carne, ela contou, demonstrando satisfação em oferecer aquele prato.

A professora também relatou as dificuldades ao solicitar o preenchimento da vaga de um professor e os longos períodos que passaram com a ausência de profissionais de determinada disciplina ou funcionários, momentos em que, conta, precisam de boa vontade e criatividade para continuar o trabalho. Sua formação é em Pedagogia, no momento do diálogo acumulava as funções de supervisora, vice-diretora e professora de Língua Portuguesa e Geografia. Sobre suas funções, comentou sobre sua preocupação em contextualizar suas aulas, para tentar aproximar o conteúdo da realidade de seus alunos. Comenta que, por não ter formação específica nas disciplinas que leciona, procura associar a conhecimentos de outras áreas e contextualizá-los.

A realidade encontrada nesta escola, que parece replicar-se em outras da Rede Estadual, chocou-se com meu objetivo na visita. Como pensar na formação fragmentada e disciplinar dos professores e desconsiderar sua atuação profissional em áreas para as quais não têm formação específica? Como falar das competências necessárias ao grupo docente e não relacionar isso diretamente à estrutura e à questão política do contexto educacional? Em que medida é possível modificar a escola, o currículo, a formação e a prática dos professores sem repensar e modificar a estrutura que mantém uma educação que corresponde às expectativas de uma política neoliberal?

Estas indagações levaram-me a dirigir meu olhar para a materialidade das escolas. Com essa inquietação em mente, percebi que a literatura a que tive acesso, e que teorizava sobre a questão da interdisciplinaridade no currículo, nada ou muito pouco abordava sobre a questão da precarização do trabalho docente. Parti do entendimento que esta realidade não pode ser ignorada nos cursos que pretendem formar professores, uma vez que ela pode colocar outros obstáculos no caminho do sujeito que constrói sua identidade docente.

A partir destes fatos e questões, tem-se como objetivo geral refletir sobre este quadro observado de precarização do trabalho docente e a relação com alguns requisitos para uma prática interdisciplinar. Para isto, este trabalho considera: o quadro atual de precarização e flexibilização das relações de trabalho, com foco no trabalho docente; a realidade da rede de educação do Rio Grande do Sul, olhando especialmente para a situação dos profissionais com vínculo de trabalho temporário; e a interdisciplinaridade enquanto ressignificação da prática pedagógica e proposta para alcançar uma educação pública de qualidade.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, que segue uma abordagem qualitativa, além da pesquisa bibliográfica, foram realizadas entrevistas estruturadas com cinco professores que atuam em escolas da Rede Estadual de Educação, durante os meses de outubro e novembro de 2017. A pesquisa sustenta-se em uma abordagem de cunho qualitativo, pois, segundo Gatti e André (2011), essa abordagem

atribui especial atenção ao mundo do sujeito e aos significados atribuídos às suas experiências cotidianas, às interações sociais que possibilitam compreender e interpretar a realidade, aos conhecimentos tácitos e às práticas cotidianas que forjam as condutas dos atores sociais. (GATTI; ANDRÉ, 2011)

Portanto, através das narrativas dos professores espera-se obter elementos que ajudem a compreender como este quadro de precarização do trabalho, apontado pelos teóricos, afeta sua prática pedagógica e em que medida se constituem obstáculos a uma prática interdisciplinar.

Como instrumento de geração de dados, foi realizada uma entrevista estruturada. O roteiro das entrevistas foi elaborado com apoio do referencial teórico, consistindo em 16 perguntas divididas em duas seções: “Perfil, formação e atuação” e “Interdisciplinaridade e Contextualização”. Para o registro das respostas foi utilizada uma ferramenta online, onde também foi disponibilizado o termo de consentimento livre e esclarecido. O convite para participar foi enviado a professores através dos contatos do Sindicato dos Professores do RS e não foi adotado nenhum critério específico para seleção. Por fim, os dados foram analisados com apoio do referencial teórico.

Como suporte teórico, o presente estudo dialoga principalmente com Antunes (2013) e Druck (2013), que estudam a precarização social do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, Oliveira (2004, 2009), que se dedica à questão das políticas educacionais e trabalho docente na América Latina, o trabalho de Finamor Neto (2016), que investiga a situação dos professores com contrato temporário no RS, assim como o estudo de Hartmann e Zimmermann (2007), que tratam de possibilidades e requisitos à prática interdisciplinar.

## **TRABALHO E PRECARIZAÇÃO**

Antunes (2012) compreende que a reestruturação do capital, ocorrida nas últimas quatro décadas e intensificada pelo contexto da crise econômica mundial de 2008, exacerbou o quadro já crítico de relações de trabalho, de modo que a precarização vem se tornando a regra e não a exceção. O Brasil, que não passou imune aos efeitos dessa crise mundial, tem um empresariado que buscou como uma das saídas para a crise a imposição de maior exploração da força de trabalho. Druck (2013) colabora com esta análise, percebendo um processo inédito de precarização do trabalho, cujo caráter

está sustentado na ideia de que se trata de um processo que instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização modernas do trabalho, renovando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada – na visão hegemônica pelo capital –, pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais, marcados pela inevitabilidade e inexorabilidade de um processo mundial de precarização, também vivido a passos largos pelos países desenvolvidos. (DRUCK, 2013)

O conceito de “institucionalização da precarização do trabalho” é importante para compreender que não somente o trabalho informal e desregulamentado é considerado precário, mas este fenômeno atinge as formas até então regulamentadas e protegidas pela legislação trabalhista, inclusive o serviço público.

A política neoliberal ganha força no Brasil principalmente a partir da década de 1990, atingindo o serviço público através da adoção de um modelo de gestão de matriz empresarial. As privatizações ganham força a partir da regulamentação das terceirizações de atividades consideradas “atividades meio” e em 1998 é aprovada a lei 9.601, que regulamenta o contrato de trabalho por prazo determinado, ou contrato temporário, portanto, neste período, tanto as contratações temporárias como a terceirização aumentam no serviço público.

No Estado do Rio Grande do Sul, a contratação temporária de docentes é regulamentada pelas leis estaduais 10.376 de 1995 e 11.126 de 1998, como forma de flexibilização das relações de trabalho. Desde então, o Estado cria contratos temporários para atender demandas emergenciais, que passa a priorizar em relação às nomeações, o que tem constituído uma política que vem redesenhando a categoria dos trabalhadores em educação no RS. (FINAMOR NETO, 2016). Confirma essas informações a notícia divulgada em 2013<sup>1</sup>, segundo dados do

censo escolar de 2012, que diz que a porcentagem de professores temporários no Rio Grande do Sul era de 40,7% do total de profissionais. A análise dos dados deste censo ainda demonstra que, em outros sete Estados brasileiros, mais da metade dos contratos de professores são temporários.

Este processo de flexibilização é acompanhado da precarização pois o concurso deixa de ser o principal meio de ingresso no serviço público, e com isso, o quadro docente perde as garantias trabalhistas historicamente conquistadas e que estavam atreladas ao cargo. Assim como a contratação, a demissão dos professores é facilitada, o que enfraquece a luta da categoria docente por melhores condições de trabalho, uma vez que os trabalhadores temporários, com seus vínculo de trabalho frágil, temem a exoneração ao aderir a greves. Este receio se mostra materializado na atualidade, conforme matéria recentemente publicada em uma mídia jornalística do RS, onde atualmente a categoria docente está em greve. A matéria traz o título "Governo do RS pretende demitir professores temporários em greve" e ainda que

Em reunião na manhã desta segunda-feira com representantes de coordenadorias regionais de educação, o governo do Estado informou que pretende demitir professores com contratos temporários que aderiram à greve do magistério, iniciada em 5 de setembro. A exoneração ocorrerá se houver substituto disponível para a função. (ZERO HORA, 2017)

## TRABALHO E INTERDISCIPLINARIDADE

Oliveira (2004) traz sobre o contexto brasileiro que, assim como o trabalho em geral, o trabalho docente também sofreu precarização quanto às relações de emprego e que esse quadro de instabilidade e precariedade do magistério público é agravado pelos processos de reforma do Estado, que levam a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias, inadequação ou ausência de planos de cargos e salários e o aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino. De acordo com a autora, as reformas educacionais repercutem sobre a organização escolar, provocando uma reestruturação do trabalho pedagógico.

Se nos anos de 1960 assiste-se, no Brasil, à tentativa de adequação da educação às exigências do padrão de acumulação fordista e às ambições do ideário nacional-desenvolvimentista, os anos de 1990 demarcam uma nova realidade: o imperativo da globalização. (...) a educação passa por transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas a ela apresentadas. (OLIVEIRA, 2004, p. 1129)

Considerando as políticas neoliberais do Estado, a demanda apresentada à escola, especialmente a partir da década de 90, é a de formar indivíduos para a empregabilidade. Para compreender que tipo de sujeito a sociedade capitalista quer que a escola forme, e que tipo de trabalhadores são desejados, é necessário compreender o que muda na relação entre a sociedade e o trabalho.

Bauman (2001) ao escrever sobre a sociedade atual, dedica um capítulo da obra para tratar sobre as transformações das relações de trabalho. O autor cita o modelo de Henry Ford, que representava um padrão universal, a união de capital e trabalho, comparado a um casamento onde as partes eram mutuamente dependentes: os trabalhadores dependiam do emprego para sobreviver e o capital dependia dos empregados para reprodução e crescimento. O Estado encarregava-se de que os donos do capital se mantivessem aptos a comprar trabalho e os trabalhadores tinham a perspectiva de um emprego por toda a vida. A situação mudou e essa mentalidade de "longo prazo" foi substituída pela de "curto prazo". Os parceiros deste "casamento" não esperam mais viver muito tempo juntos, já que enfraquecem-se os laços que prendem o capital ao trabalho e flexibilidade "é o slogan do dia". O governo, visando minimamente o bem estar dos cidadãos, precisa adular os donos do capital, dessa vez garantindo um mercado de trabalho flexível, proporcionando "uma população dócil, incapaz ou não desejosa de oferecer resistência organizada a qualquer decisão que o capital venha a tomar." Nesta perspectiva "líquida" do trabalho, os operários devem ser polivalentes, multifuncionais, flexíveis, ter abertura para aceitar quaisquer desafios que a organização necessitar. Com a exigência de um novo perfil de trabalhador, reforça-se a importância da educação escolar e governos realizam reformas curriculares para adequar a oferta de conhecimentos e competências requeridas por este sistema produtivo.

Bianchetti e Jantsch (2003) dizem que quando o mundo da produção exigiu um trabalhador com formação fragmentada e especializada, a escola assumiu a responsabilidade de formar especialistas. Dizem então que, hoje, o paradigma predominante é o da integração e flexibilidade e à escola são feitas exigências para que os egressos tenham uma visão interdisciplinar e cooperativa e possam cumprir individualmente tarefas que antes eram atribuídas a vários especialistas. Então, questionam: "Sairemos, hoje, apressados, novamente, na discussão e na busca de qualificar um trabalhador integrado, flexível, interdisciplinar, simplesmente porque esta é a demanda que do mercado é endereçada à escola?"

Acredita-se que esta discussão, levantada por Bianchetti e Jantsch (2003), é pertinente atualmente e, em especial, à proposta deste trabalho. Interdisciplinaridade é um termo em efervescência nos cursos de formação de professores, de conceito pouco preciso. Tomando as palavras de Pombo (2003), publicadas há quase 15 anos, temos que não há nenhuma estabilidade relativamente ao conceito de interdisciplinaridade. E que pesquisando exaustivamente a literatura existente, inclusive dos especialistas de interdisciplinaridade, encontram-se as mais díspares definições. A autora dizia que a palavra tem sido usada, abusada e banalizada. Acredita-se que esta definição imprecisa persiste e que a palavra foi ainda mais usada, ganhando novas interpretações e sendo adotada por novas áreas. E compreende-se também que a interdisciplinaridade científica tem objetos, métodos e finalidades distintos da interdisciplinaridade escolar – ou aquela envolvida em pensar a inovação pedagógica. E ainda, pensando nas novas configurações do trabalho e no publicado por Bianchetti e Jantsch (2003), percebe-se que o termo também foi cooptado pelo modo de produção capitalista, visando uma formação profissional que possibilite trabalhadores polivalentes e multifuncionais.

Com esta reflexão, compreende-se que existe aí um obstáculo, especificamente na formação de professores. Pois há de se ter um cuidado especial com os pressupostos teóricos que se considera ao pensar na proposta de formação para a interdisciplinaridade. Não é objetivo deste trabalho analisar os pressupostos presentes nas propostas de formação e atuação interdisciplinar dos docentes, mas compreender como a materialidade ou a precarização do trabalho docente, que parece não ser considerada nestas propostas, pode significar um obstáculo para a prática pedagógica pretendida.

Para buscar atender os objetivos deste trabalho, serão considerados os resultados dos estudos de Hartmann e Zimmermann (2007) que, através de um estudo de caso de uma prática interdisciplinar considerada exitosa em uma escola pública de ensino médio, procuraram avaliar

a experiência e apurar alguns critérios para que a interdisciplinaridade seja efetiva e tenha o sucesso almejado. A interdisciplinaridade será tratada, portando, conforme compreendida pelas autoras, que a veem como um processo que precisa ser vivenciado para ser assimilado em sua complexidade e que entendem por trabalho interdisciplinar “aquele realizado por dois ou mais professores que, por meio do diálogo, negociam entre si atividades conjuntas com o objetivo de conectar saberes específicos das suas disciplinas para o estudo de um objeto de conhecimento comum”.

Conforme concluem Hartmann e Zimmermann (2007), entre os fatores observados como essenciais para que a interdisciplinaridade seja uma prática exitosa estão: tempo para o planejamento das atividades, coragem para inovar, entusiasmo, espírito de equipe, flexibilidade, formação inicial interdisciplinar e formação continuada dos profissionais, além de um projeto pedagógico que contemple a interdisciplinaridade como eixo norteador das atividades. Coube aqui analisar estes fatores em relação ao quadro do trabalho docente apontado pelos trabalhos teóricos e o resultado das entrevistas com docentes, conforme exposto a seguir.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para manter o anonimato e facilitar a discussão, os entrevistados receberam codinomes, conforme Tabela 1, que também apresenta um resumo do perfil dos docentes. Destes cinco professores entrevistados, dois atuam com contratos temporários e três como nomeados, sendo que um destes nomeados atuava como contratado até a data de sua nomeação.

Perguntou-se aos professores qual o quantitativo de profissionais contratados em sua escola e o número variou desde 20% a 70% do total. Quatro deles responderam que faltam professores ou funcionários na escola onde atuam. Todos disseram ser comum que os professores precisem lecionar em áreas diferentes daquela que tem formação. E os docentes que passaram por isso não tiveram formação oferecida pelo Estado e contam que estudam muito para lecionar estas disciplinas.

Observando o resumo na Tabela 1, percebe-se que quatro dos cinco professores atua em áreas diferentes da sua área de formação disciplinar e que um deles, professor José Ivo, foi contratado sem possuir nenhuma formação em Licenciatura. À época de sua contratação, o profissional cursava Licenciatura em Química e foi contratado para lecionar essa disciplina. Acabou ministrando também Física, Sociologia, Ensino Religioso e Filosofia pois, como conta na entrevista, para fechar a carga horária em uma única escola esta é uma possibilidade oferecida, o que segundo os relatos é um fato comum nas escolas. Sobre a relação formação disciplinar/atuação, também cabe destacar o caso do Professor Ronald, que possui licenciatura e Mestrado em História, mas foi nomeado para trabalhar com Geografia e da professora Ieda, que tem formação em Pedagogia mas leciona Sociologia e Filosofia no Ensino Médio e EJA.

O caso da professora Amélia é ainda mais emblemático. Amélia prestou concurso público e foi aprovada, como formação, possuía o Magistério e cursava Licenciatura em Letras – Português e Espanhol. Ao relatar como foi seu ingresso na docência, diz “Fiz um concurso no qual fui aprovada, mas como não fui nomeada me chamaram como contrato emergencial pela lista de aprovados”. A legislação de 1998, que regulamentou o contrato temporário no Estado do RS, inverteu a hierarquia entre concursados e temporários na admissão de professores, já que a prioridade passou a ser a contratação de temporários. “Ao invés das candidatas aprovadas em concurso público serem nomeadas, são inscritas no cadastro e ficam com preferência para contratação temporária. (FINAMOR NETO, 2016, p. 81) Em relação a sua atuação, a professora Amélia foi contratada para trabalhar com séries iniciais, mas como relata, por estar cursando Letras, foi informada que deveria lecionar Língua Portuguesa para as séries finais do Ensino Fundamental. Ela relata como se sentiu diante da situação: “Fiquei muito nervosa e no início contestei, mas não adiantou, pois foram ordens da CRE na época, pela falta de professores. Procurei orientações com outros professores da mesma área e comecei a estudar para poder dar aula”.

Codinome	Regime	Anos docência	Atua em área diferente?	Formação disciplinar	Atuação
José Ivo	Contrato	8	Sim	Ciências Agrárias (tecnólogo)	Química, Física, Ensino Religioso, Sociologia, Filosofia
Ronald	Nomeação	5	Sim	História	Geografia, Sociologia, Ensino Religioso
Antônio	Nomeação	4,5	Não	Letras	-
Ieda	Nomeação	15	Sim	Pedagogia	Sociologia, Filosofia, Ensino Religioso
Amélia	Contrato	9	Não	Magistério	Séries iniciais, Língua Portuguesa, Espanhol, Ensino Religioso

Tabela 1: Perfil dos entrevistados

Sobre a formação continuada oferecida pelo Estado, no geral os docentes respondem que são inexistentes ou pouco úteis e atrativas. Observou-se que todos os profissionais buscaram alguma qualificação adicional. Algumas respostas ilustram a questão, como a da professora Ieda: “O estado não proporciona nenhuma formação continuada. Sei da importância, por isso busquei a Especialização em EJA, por exemplo” e a do professor Ronald: “Participo, mas sempre possuem características motivacionais”. Acredita-se que o quadro desenhado pelos entrevistados mostra a flexibilidade que é exigida do trabalhador: a formação inicial não é prioridade, mas é exigido que o profissional se adapte às demandas apresentadas, estando minimamente apto para assumir diferentes disciplinas, diminuindo os custos para manter o quadro docente das escolas. Assim, são oferecidas formações com o intuito de motivar o profissional a buscar qualificação por conta própria, ou qualificações na área administrativa, como mencionado por outro docente. As qualificações que os profissionais procuraram estão de acordo com os desafios que o trabalho lhe apresentou, como o caso da professora Ieda, que precisou trabalhar com o EJA.

Em relação à interdisciplinaridade e contextualização, os docentes responderam que são temas que estão familiarizados, principalmente por estarem presentes em suas formações. Todos disseram que os temas são abordados no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, embora nem todos tenham participado da construção. Foi solicitado que comentassem se consideram sua prática pedagógica interdisciplinar

e que obstáculos ou desafios percebem para que essa prática seja enriquecedora para o grupo. A maioria respondeu que sim, pois procuram relacionar conteúdos e integrar conhecimentos e os principais desafios mencionados foram a falta de tempo para planejamento e sobrecarga de trabalho além dos seguintes: falta de espaços de discussão sobre o trabalho docente, desmotivação e desvalorização dos professores e baixos salários.

A maioria dos entrevistados, ao ser questionado se acha que os profissionais contratados tem piores condições de trabalho, respondeu que sim, já que não dispõem dos mesmos benefícios trabalhistas e sofrem mais pressão devido ao risco de demissão. Por fim, foi apresentada uma questão livre, para que comentassem se observam uma precarização de seu trabalho e todos os docentes apontaram aspectos que refletem a desvalorização profissional e descaso com a estrutura educacional, citando a falta de reconhecimento social, baixos salários, cortes de verbas, turmas fechadas e enturmação e parcelamento de salários. O professor Antônio finaliza dizendo que os problemas que observa se agravaram no ano de 2017 e "isso precariza não só o ensino em si, mas a sociedade como um todo (...). A educação é uma questão que perpassa muitas outras, portanto, uma crise na educação é uma crise na sociedade".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Hartmann e Zimmermann (2007), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) "apresentam a interdisciplinaridade como princípio norteador da educação nacional, porém deixam em aberto a metodologia a ser empregada, exigindo criatividade, inovação e competência dos professores." Através das respostas das entrevistas pode-se observar que os professores tem familiaridade com o conceito, seja através da formação ou dos documentos oficiais. Abordando estes conceitos e objetivando uma educação de qualidade, os documentos oficiais convocam os professores a modificar sua prática docente, pois como diz Oliveira (2009) "por meio da escola espera-se corrigir determinados desequilíbrios característicos da estrutura social e econômica vigentes". Assim, passa-se a demandar dos professores atualização e formação continuada para atender às demandas colocadas pelas políticas curriculares, no entanto, as condições de trabalho dos professores não são modificadas. O professor deve criar condições para a formação integral dos alunos, para que sejam sujeitos pensantes, porém não são oferecidas condições para que este professor efetive esse pensar junto a seus alunos e colegas de trabalho, para que eles mesmos adquiram essa formação integral.

O tempo para planejamento é apontado por Hartmann e Zimmermann (2007) como um fator essencial para a eficácia da prática interdisciplinar e foi o desafio mais citado pelos entrevistados. Contudo, cabe citar o trecho a seguir, pois acredita-se que os resultados deste trabalho apontam para uma reflexão a respeito:

O professor, para não participar do trabalho, apresenta desculpas relacionadas à falta de tempo, ao programa da disciplina, à má vontade ou desinteresse dos colegas (...). Poucos são os professores que admitem o medo da reação negativa dos colegas, a falta de conhecimento aprofundado da sua disciplina, a incapacidade de realizar um trabalho em equipe, em que são essenciais a boa vontade, a paciência e a flexibilidade. (HARTMANN; ZIMMERMANN, 2007)

Provavelmente, na realidade pesquisada tenha sido possível inferir que os professores "inventam desculpas relacionadas à falta de tempo", no entanto, acredita-se que deve haver cuidado para não tomar isso como uma generalização, principalmente considerando a realidade aqui tratada. Os sujeitos investigados reforçam essa ideia, pois acusam a sobrecarga de trabalho, também pelo tempo extra que dedicam para se preparar para atuar em áreas disciplinares que não dominam. Este fato leva a refletir sobre outro ponto, que é a "falta de conhecimento aprofundado de sua disciplina". Percebe-se aí um outro obstáculo, pois como afirmar que o professor está fechado em seu conhecimento disciplinar, que a sua formação precisa mudar, se o próprio profissional acaba tendo que buscar, por sua conta normalmente, uma formação rápida para lecionar. E ainda, o conhecimento disciplinar é fundamental para uma prática interdisciplinar eficaz, pois o profissional precisa conhecer a fundo aspectos teóricos e metodológicos da disciplina e como ela se relaciona com outras áreas.

Como mostra a Tabela 1, há uma negligência especial com disciplinas como Sociologia e Filosofia, citadas nas entrevistas como aquelas utilizadas para completar carga horária, podendo-se perceber que não há preocupação em contratação de profissionais com esse conhecimento e, acredita-se que são disciplinas fundamentais para que o grupo construa projetos interdisciplinares e contextualizados.

Em relação aos educadores com contrato temporário, com apoio das entrevistas e das conclusões do trabalho de Finamor Neto (2016), parece ser possível afirmar que, embora a precarização do trabalho atinja toda categoria de professores estaduais, os contratados possuem vínculos de emprego frágeis, o que possibilita que sejam demitidos, trocados de escola ou tenham sua jornada dividida entre várias escolas. Cabe enfatizar que, em vários estados, os docentes temporários constituem mais da metade do quadro. Isso representa mais um obstáculo à prática interdisciplinar, já que, além da integração entre as disciplinas, é condição para a interdisciplinaridade a interação e cooperação entre os profissionais, o que leva a uma melhor relação professor-professor e a ver os colegas como parceiros, mas isso demanda um tempo de trabalho e entrosamento da equipe. (HARTMANN e ZIMMERMANN, 2007)

Como citado, as inovações pedagógicas nas reformas educacionais, documentos oficiais ou acadêmicos exigem novas competências e uma nova prática dos professores que, como diz Oliveira (2004), são considerados os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema e precisam responder exigências que estão além de sua formação. Há um conjunto de fatores que levam a um sentimento de desvalorização e desqualificação dos professores, situação reforçada por estratégias que apelam ao comunitarismo e voluntariado. É possível associar este pensamento de Oliveira (2004), de 13 anos atrás, com o que ocorre atualmente, pois o governo do RS publicou uma portaria que regulamenta o trabalho voluntário no magistério estadual, sem qualquer remuneração, para substituir os docentes em greve. (RIO GRANDE DO SUL, 2017)

Oliveira (2004) diz ainda que o trabalho pedagógico foi reestruturado, dando lugar a uma nova organização escolar, e tais transformações, sem as adequações necessárias, parecem implicar processos de precarização do trabalho docente. Portanto, parece ser possível acrescentar a necessidade de, ao propor novas metodologias de trabalho ou pensar na formação inicial e continuada de professores, considerar as condições de trabalho dos educadores na escola, as políticas que norteiam sua carreira, para que, de fato, as propostas educacionais possam contribuir para a formação integral dos sujeitos, sejam estudantes da educação básica ou educadores em formação, que possam ser agentes de transformação da realidade.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A corrosão do trabalho e a precarização estrutural. In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de S. (orgs.). **O Averso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: outras expressões, 2013

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BIANCHETTI, Lucídio ; JANTSCH, A. P. **Interdisciplinaridade e práxis pedagógica emancipadora**. In: II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, 2003, Florianópolis. Editora da UFSC

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil. IN: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Boitempo, 2013.

FINAMOR NETO, J. G. **A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul : um estudo sobre a situação das professoras com contrato de trabalho temporário na zona norte de Porto Alegre**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (orgs.). **Metodologias da Pesquisa em Educação**. 2ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

HARTMANN, A. M.; ZIMMERMANN, E. O trabalho interdisciplinar no Ensino Médio: a reaproximação das “duas culturas”. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 7, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/2237/1636>>. Acesso em 23 out. 2017.

OLIVEIRA, Dalila A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, vol. 25, n. 89: Campinas, 2004.

OLIVEIRA, Dalila A. Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; FERREIRA, Eliza Bartolozzi. (Orgs.) **Crise da escola e políticas educativas**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2009.

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. **Seminário Internacional Interdisciplinaridade, Humanismo**. Universidade, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 12 a 14 nov, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria Nº 285/2017. Dispõe sobre a regulamentação do Serviço Voluntário no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e estabelece critérios e procedimentos para a participação de prestadores de serviços voluntários nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: **D.O.U Diário Oficial Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul**. Publicada no D.O.U de 21 de novembro de 2017.

ZERO HORA. **Governo do RS pretende demitir professores temporários em greve**. Publicado em 02/10/2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2017/10/governo-do-rs-pretende-demitir-professores-temporarios-em-greve-cj8afbaf001r01oa5q26jgji.html>>. Acesso em 23/10/2017.

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/08/em-7-estados-mais-da-metade-dos-contratos-de-professores-sao-temporarios.htm>